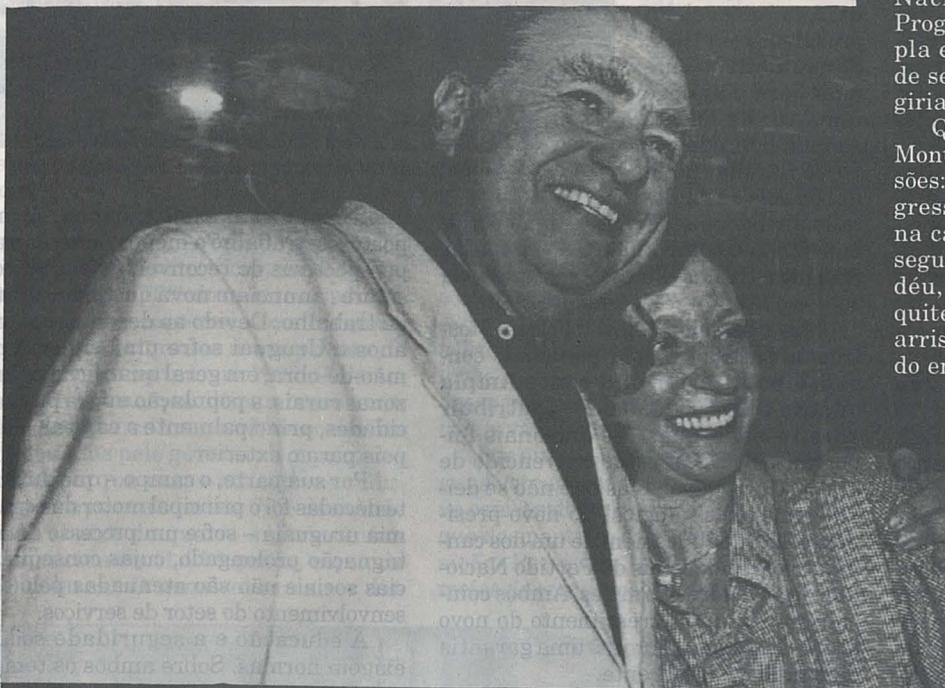


Eleição enterra bipartidarismo

O voto do eleitorado uruguaio em três opções políticas decreta o fim do bipartidarismo e exige do novo presidente uma hábil negociação para poder governar



Neste seu segundo mandato, o presidente Sanguinetti precisará de grande habilidade para governar, dividindo as responsabilidades com a Frente Ampla e o Partido Nacional

Guillermo Chifflet

Em 27 de novembro, ao final de um dia de sol, havia uma grande expectativa no Uruguai. As pesquisas prévias à eleição geral – a terceira desde a redemocratização, dez anos atrás – falavam de um inédito “empate técnico” entre as três forças políticas de expressão nacional: o Partido Colorado, o Partido Nacional (ou Blanco) e o Encontro Progressista, que reúne a Frente Ampla e dirigentes blancos dissidentes de seu partido. A última palavra surgiria das urnas.

Quando começou a contagem em Montevideu, se confirmaram as previsões: a esquerda, com o Encontro Progressista, vencia por ampla margem na capital. Conquistava, assim, pela segunda vez a prefeitura de Montevideu, agora com a candidatura do arquiteto Mariano Arana. Mas ninguém arriscava um prognóstico do resultado em todo o país.

No entanto, um dos canais privados revelou o que indicavam, segundo alguns analistas, as pesquisas “de boca de urna”: a esquerda ganharia também no plano nacional. Na principal avenida de Montevideu, uma multidão – que durante todo o dia havia tomado as ruas com bandeiras tricolores da Frente Ampla – começou as comemorações gritando em coro: “E já se vê, e já se vê, o presidente é Tabaré”, referindo-se ao candidato presidencial do Encontro Progressista, Tabaré Vázquez, que foi o prefeito de Montevideu de 1989 a 1994.

Não obstante, os dirigentes do Encontro não se pronunciavam sobre os resultados. Desde a véspera manifestações e caravanas anunciavam, em clima de festa, a convicção da vitória em Montevideu, mas eram precárias as informações disponíveis sobre o potencial eleitoral da esquerda no interior do país. De fato, havia poucos elementos para saber se o

predomínio tradicional de brancos e colorados desta vez havia sido rompido.

Os números finais – Finalizado, entre sustos e surpresas, o escrutínio, os resultados finais eram os seguintes: 92% dos eleitores (o voto é obrigatório) compareceram às urnas, isto é 2.022.184 cidadãos. O Partido Colorado, dentro do qual teve ampla maioria a chapa integrada por Julio María Sanguinetti e Hugo Batalla¹, obteve 32,3% do total dos votos. O Partido Nacional recebeu 31,05% dos sufrágios e o Encontro Progressista 30,8%. Os demais partidos obtiveram em conjunto pouco mais de 0,7% (à exceção do denominado Novo Espaço, cujo candidato à presidência foi o jovem deputado Rafael Michelini², que obteve cerca de 5,2%).

Após serem conhecidos os resultados, dois fatos foram destacados por todos os meios de comunicação. O primeiro, o fim do bipartidarismo tradicional: o Uruguai tem, agora, três forças extremamente equilibradas. Em segundo lugar, o crescimento espetacular da esquerda, que não só recebeu 44% dos votos emitidos na capital, como cresceu 46% em todo o país.

A América Latina tem consciência do profundo significado deste avanço dos setores progressistas ou, em todo caso, do equilíbrio de forças que surge do resultado eleitoral uruguaio, sobretudo em um momento de refluxo da esquerda a nível mundial. Mas, a partir de outra perspectiva (e com distinta objetividade), um canal de televisão da França somou votos dos brancos e colorados para informar que a esquerda havia sido “esmagada”.

Disciplina partidária – O presidente eleito, Julio María Sanguinetti – que já tinha ocupado a presidência entre 1984 e 1989, no período de transição democrática posterior à ditadura militar – tem ampla experiência política e, como é habitual em todo candidato recém-eleito, se mostrou partidário de um acordo nacional. Em suas primeiras declarações à imprensa disse que não teria inconveniente em chegar a acordos com o senador Danilo Astori, que confirmou seu peso político ao receber para sua corrente “Assembléia Uruguai” o maior caudal de votos dentro do Encontro Progressista.

Mas, simultaneamente, Sanguinetti reiterou críticas aos setores que chamou de “radicais” dentro da Frente Ampla. A resposta de Astori, mostrando sua disposição em colaborar com o presidente, despertou certa inquietação em militantes de esquerda que não esqueciam um fato: ao ser eleito presidente em 1984, Sanguinetti só chamou para o diálogo um setor da Frente Ampla, liderado por Hugo Batalla. Ao final de dois anos, Batalla abandonou a Frente Ampla e acabou sendo o companheiro de chapa de Sanguinetti nas eleições passadas, ou seja, é o atual vice-presidente eleito.

Mas o senador Astori foi claro. Mostrou-se partidário de ir ganhando consenso no interior da Frente Ampla quanto à necessidade de “contribuir para resolver questões nacionais importantes”. Disse estar convencido de que isso é possível, mas que não se deixa levar pelos “elogios” do novo presidente da República nem de um dos candidatos presidenciais do Partido Nacional, Juan Andrés Ramírez. Ambos coincidiram em que o crescimento do novo grupo do senador Astori é uma garantia de mudanças na Frente.

“No plano pessoal agradeço as opiniões sobre mim – respondeu Astori –, mas como dirigentes experimentados que são compreenderão que, antes de tudo, somos uma organização frente-amplista e que nos submeteremos a tudo o que a Frente Ampla decida, gostemos ou não. E eu acredito na disciplina. É fundamental na vida política e é a única coisa que torna uma organização previsível e portanto confiável.”

Estagnação econômica – As forças políticas que dirigirão o país precisarão encontrar fórmulas para tirar o país da atual estagnação econômica. Em primeiro lugar, é necessário criar novas fontes de trabalho. Nos últimos cinco anos, um grande número de in-



A propaganda eleitoral já anunciava uma disputa acirrada

dústrias faliram. Hoje, existem 70 mil postos de trabalho a menos no setor e as perspectivas de reconversão em outros setores anunciam nova queda na oferta de trabalho. Devido ao desemprego, há anos o Uruguai sofre uma sangria de mão-de-obra, em geral qualificada. Das zonas rurais, a população migra para as cidades, principalmente a capital, e depois para o exterior.

Por sua parte, o campo – que durante décadas foi o principal motor da economia uruguaia – sofre um processo de estagnação prolongado, cujas consequências sociais não são atenuadas pelo desenvolvimento do setor de serviços.

A educação e a seguridade social exigem normas. Sobre ambos os temas se realizaram plebiscitos, paralelos à eleição nacional. Setores vinculados ao ensino recolheram quase meio milhão de assinaturas pedindo um plebiscito onde os cidadãos se pronunciarão sobre um texto que incluiria, na Constituição, a obrigação de que o governo destinasse 27% do orçamento nacional (4,5% do Produto Interno Bruto) ao sistema público de ensino.

Na campanha eleitoral se enfrentaram duas posições. Os adversários da proposta de se conceder esse percentual ao ensino – ou seja, todos os partidos menos os que integram o Encontro Progressista – perguntavam: “O que acontecerá se outros setores, como a saúde, por exemplo, depois exigirem o mesmo? E se os policiais reclamarem uma dispo-

sição similar? Uma reivindicação assim não é corporativismo?"

Os argumentos em favor da proposta recordaram que, na década de 60, o Uruguai destinou um percentual similar à educação e os problemas do setor não eram tão graves como os atuais. E que técnicos e especialistas aconselham destinar pelo menos 6% do Produto Interno Bruto à educação (como no país 80% do ensino é público, os professores propunham 4,5%). Sobretudo insistiram em que há caminhos para obter esses recursos, como uma ampla reforma fiscal.

O resultado foi que os votos a favor da reforma (31,7%) não alcançaram 35% do total de eleitores, como exige a Constituição. Em compensação, no segundo plebiscito (sobre seguridade social) recebeu um rio de votos a proposta das organizações de aposentados, da Central Operária (PIT-CNT) e da Associação de Trabalhadores da Seguridade Social.

Nesse plebiscito, ficaram abolidas, por decisão de 70% dos eleitores, disposições legais incorporadas por brancos e setores dos colorados a um projeto de Rendição de Contas, em 1992. O Parlamento rejeitou, nos últimos cinco anos, várias reformas à seguridade social impulsionadas pelo governo. Em primeiro lugar, porque essas iniciativas reduzem as aposentadorias, 76% das quais estão abaixo de quatro salários mínimos nacionais (1.900 pesos, cerca de 380 dólares). O tema voltará a ser dis-

cutido este ano, certamente com ampla repercussão.

Uma reforma da seguridade similar à chilena (onde foi privatizada) ou à Argentina, despertaria, sem dúvida, forte oposição dos aposentados e pensionistas, que estão organizados e têm travado com sucesso importantes lutas, além de contar com representantes leais na direção da seguridade social. A realidade obrigará, também, a negociações com os interessados.

Montevideu é da Frente Ampla

No plano municipal, a vitória da esquerda em Montevideu, onde vive quase a metade da população do país, resultou num respaldo à figura de Tabaré Vázquez (ex-prefeito e líder de grande apoio popular) e do arquiteto Mariano Arana, eleito por esmagadora maioria. Isto demonstra que a experiência de uma gestão de esquerda na capital foi especialmente fecunda.

A medida que a oposição política à Frente Ampla aumentava suas críticas contra a administração municipal da esquerda, mais crescia o apoio popular a Tabaré Vázquez. Parecia que a população sentia necessidade de contestar dessa maneira a injustiça ou o que considerava um ataque exagerado.

Por outra parte, a linguagem de alguns vereadores da oposição contrastava com o esforço e os avanços da cidade, que desmentiam sempre a fúria da oposição. Por outro lado, ao assistir aos meios de comunicação, o montevideano

aprendeu a distinguir a realidade do ânimo político de seus donos.

Pela primeira vez, além disso, um prefeito não dirigiu sua gestão a partir do Palácio Municipal. Tabaré realizava com frequência reuniões com sua equipe de governo nos próprios bairros e com a participação dos moradores. Participação e descentralização, superando todas as dificuldades (em mais de uma oportunidade, o Poder Legislativo freou as decisões do prefeito), começaram a se tornar realidade no município de Montevideu.

O arquiteto Mariano Arana recebe, agora, o governo municipal. Ninguém duvida que aprofundará as realizações do seu antecessor. Pessoalmente nos informou, já há algum tempo, que em seu governo só se ingressará ao município (caso haja necessidade) por concurso, ou por sorteio, quando a primeira via não for possível. Para a designação de seu gabinete, além disso, não haverá divisão de cargos em função da quantidade de votos de cada setor, mas unicamente partindo de análises da capacidade de cada colaborador.

Falando de Montevideu, do egoísmo ou da solidariedade na ação urbana, da necessidade de melhorar (coletivamente, coordenando ações) a estrutura física e ambiental da cidade, Arana já havia conseguido atuar, semeando idéias e valores democráticos, em tempos de silêncio e ditadura. Agora, com a mesma simplicidade e cordialidade com que ganhou o coração da população, reafirma todos os seus princípios.

Tabaré Vázquez e o novo prefeito constituem pilares básicos de uma esquerda que – a partir de 1971 e apesar de anos de repressão, tortura e crimes – continua crescendo.



A cédula amarela, em favor da reforma da Constituição para ampliar os recursos destinados ao ensino, não conseguiu o número necessário de votos

¹No Uruguai vigora a chamada "lei de sublegendas", que permite que um mesmo partido tenha vários candidatos à presidência da República. De 1934 até hoje, a norma resultou um expediente importante para manter em um mesmo partido tendências discrepantes e os chamados partidos tradicionais (Colorado e Blanco) no Poder Executivo. A esquerda, que se opõe à lei de sublegendas, sempre apresentou candidato único à presidência.

Na última eleição, no Partido Colorado acumularam votos três chapas, encabeçadas por Julio María Sanguinetti, Jorge Battle e o ex-presidente Jorge Pacheco Areco. O Partido Nacional propôs três chapas à presidência, encabeçadas por Alberto Volonté, Juan Andrés Ramírez e o senador Carlos Julio Peyreya. A esquerda, que se agrupou sob o lema Encontro Progressista, lançou à presidência Tabaré Vázquez, ex-prefeito da capital.

²Rafael Michelini é filho do senador Zelmario Michelini, assassinado em Buenos Aires, possivelmente a mando da ditadura militar uruguaia, junto com o ex-presidente da Câmara dos Deputados, Héctor Gutiérrez Ruiz, em maio de 1976.